

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023 (Do Sr. DIEGO GARCIA)

Solicita ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Educação informações sobre a continuação e manutenção de programas, ações e afins após a extinção da Secretaria Nacional de Alfabetização.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 50, §2º da Constituição Federal, e dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Educação, informações acerca da manutenção de programas, ações e afins, após a extinção da Secretaria Nacional de Alfabetização (SEALF).

1. Qual será a Secretaria responsável por promover as articulações federativas com estados e municípios no campo da temática de alfabetização?
2. Quem serão os responsáveis e como se dará a manutenção do
 - 2.1. programa “Tempo de Aprender”?
 - 2.2. programa “Conta pra Mim”?
 - 2.3. curso “Práticas de Alfabetização”?
 - 2.4. curso “Práticas de Produção de Texto”?
 - 2.5. curso “Alfabetização Baseada na Ciência (ABC)”?
 - 2.6. “Sistema de Gestão dos Programas de Alfabetização”
3. Os programas citados serão mantidos com financiamento público? Se sim, de qual (is) fonte(s) orçamentária(s)?
4. Quais são os contratos, convênios e acordos de cooperação realizados pela SEALF que estão em execução? Qual é o prazo de finalização de cada um deles? Quais deles serão mantidos?
5. Há previsão de renovação de parcerias ou de ampliação da rede de cuidados atualmente existente?



6. Em caso de descontinuidade dessas políticas de alfabetização, qual o plano de transição de modelo proposto pela pasta?

JUSTIFICATIVA

Diante do investimento em políticas públicas de alfabetização, realizadas pela extinta Secretaria Nacional de Alfabetização, pertencente a este Ministério nos últimos quatro anos, gostaria de obter informações sobre a manutenção e continuação de programas, ações, contratos, termos, etc, os quais estavam no escopo da Secretaria já citada e ainda estão fase de execução.

A pandemia afetou diretamente a alfabetização de crianças, especialmente pelas escolas fechadas durante um longo período e com um retorno também duradouro apenas no formato virtual, o que gerou um impacto direto na aprendizagem das crianças. Segundo os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o índice de crianças que estão no 2º ano do Ensino Fundamental e não sabem ler passou de 15% em 2019 para 34% em 2022. Essa porcentagem também inclui crianças do 2º ano que são bem ler e escrever palavras simples e isoladas, como “bola” e “casa”. De acordo com a Política Nacional de Alfabetização, o processo de aprendizagem da leitura e da escrita deve acontecer no 1º ano do Ensino Fundamental.

Sabemos da importância do bom uso do dinheiro público, mais ainda: no cuidado que se deve ter para evitar desperdício de verbas já aplicadas. É preciso ter um trabalho atencioso para que, durante trocas de governo, vários projetos com alta capacidade de impacto social não sejam abandonados.

Neste intuito, solicitamos as informações acima, para que seja amplo o conhecimento de como se darão os projetos e programas já investidos.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado DIEGO GARCIA

